



**Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de apresentação do novo modelo do setor elétrico**

**Palácio do Planalto, 11 de dezembro de 2003**

Bem, vocês me desculpem, mas eu ainda estou com a minha cabeça no fuso horário do Oriente Médio.

Quero cumprimentar o meu companheiro José Alencar,  
O companheiro José Dirceu,  
O companheiro Palocci,  
Nossa querida companheira Dilma,  
Nosso querido companheiro Jorge Samek, presidente de Itaipu,  
Os deputados aqui presentes,  
E cumprimentar todos os companheiros ligados ao setor elétrico,

Eu acredito que todos vocês, deputados e pessoas ligadas ao setor, estão há muito tempo esperando por este momento. Eu diria que esse momento é um momento histórico, porque estamos dando um novo padrão para o funcionamento do setor elétrico no nosso país.

Depois, a Dilma vai ficar aqui, numa entrevista, para responder às perguntas da Imprensa. Eu quero ressaltar alguns pontos que eu considero importantes.

Várias vezes eu disse que neste primeiro ano nós iríamos criar condições para que o país voltasse a crescer. E todo mundo sabe que país nenhum cresce sem energia elétrica. Ou seja, se tem um setor que tem que estar preparado e adaptado a uma nova visão e a uma nova política de crescimento é, exatamente, o setor elétrico de um país.

Eu duvido que alguém consiga convencer algum investidor brasileiro ou estrangeiro a aplicar dinheiro no Brasil se a gente não entregar para eles uma



boa condição de funcionamento do setor elétrico.

Este novo modelo do setor elétrico garante, em primeiro lugar, que tudo vai ser feito de agora em diante de forma muito bem planejada. O Brasil não comporta mais sobressaltos, sobretudo num setor como este.

Por isso, não vai faltar energia nem para o consumo atual nem para o desenvolvimento do país.

Os apagões e o racionamento de energia de 2001 e 2002, que causaram graves conseqüências para o consumidor, para a situação financeira das empresas e para o desenvolvimento econômico do Brasil, são agora uma página virada da nossa história.

Estão dadas, com essas medidas que acabo de assinar, e que eu espero que o Congresso aprove no tempo mais rápido possível, as condições para que não mais ocorram apagões e racionamento em nosso país.

Quero ressaltar que o novo modelo também exige que os novos projetos hidrelétricos sejam oferecidos à licitação com estudo de viabilidade técnico-econômica e licença prévia ambiental concedida.

É um problema que quem trabalha no setor conhece: muitas vezes se anunciou investimentos, muitas vezes se apresentou projetos. Só que tinham esquecido de avisar aos companheiros que dão a licença para que a obra fosse realizada. E, aí, muitas vezes, o projeto foi anunciado e não tinha licenciamento. Tem gente esperando licenciamento há 10, 12, 14 anos. Nós queremos, agora, fazer as coisas concomitantemente, para que não haja mais atrapelos na evolução do setor.

O novo modelo estabelece, ainda, que será assegurado um contrato de compra de energia aos vencedores dos processos de licitação para atender à expansão do mercado das distribuidoras.

E mais do que isso. O novo modelo respeita contratos, estimula os investimentos privados e também garante que tenhamos, além de segurança



no fornecimento de energia, o máximo de eficiência com as tarifas mais baixas possíveis.

É bom e necessário que tenhamos fartura de energia, mas é preciso também que o povo possa pagar a tarifa e as indústrias não percam competitividade devido ao custo da eletricidade.

O preço da energia não pode ser uma barreira para o bem-estar das famílias, nem um obstáculo ao crescimento do setor produtivo.

O novo modelo, portanto, protege o cidadão, incentiva as empresas do setor elétrico a fazer mais investimentos, fortalece e garante autonomia para as instituições do setor e abre horizontes para que o país cresça, tenha mais empregos e faça uma justa distribuição de renda – que é o principal objetivo do nosso governo e o sonho de todo o povo brasileiro.

O novo modelo institucional do setor elétrico tem os seguintes objetivos principais:

- promover a modicidade tarifária, que é fator essencial para o atendimento da função social da energia e que concorre para a melhoria da competitividade da economia;
- garantir a segurança do suprimento de energia elétrica, condição básica para o desenvolvimento econômico sustentável;
- assegurar a estabilidade do marco regulatório, com vistas à atratividade dos investimentos na expansão do sistema; e
- promover a inserção social por meio do setor elétrico, em particular dos programas de universalização de atendimento.

Os elementos fundamentais do novo modelo:

- a reestruturação do planejamento de médio e longo prazo;
- o monitoramento, no curto prazo, das condições de atendimento;
- o redirecionamento da contratação de energia para o longo prazo, compatível com a amortização dos investimentos realizados;



- a competição na geração com a licitação da energia pelo critério de menor tarifa;
- a coexistência de dois ambientes de contratação de energia, um regulado (Ambiente de Contratação Regulada - ACR), protegendo o consumidor cativo, e outro livre (Ambiente de Contratação Livre - ACL), estimulando a iniciativa dos consumidores livres;
- a instituição de um *pool* de contratação regulada de energia a ser comprada pelos concessionários de distribuição;
- a desvinculação do serviço de distribuição de qualquer outra atividade;
- a previsão de uma reserva conjuntural para restabelecimento das condições de equilíbrio entre oferta e demanda; e, por último, a restauração do papel do Executivo como poder concedente.

Estas são, na verdade, as bases para que o nosso setor elétrico venha a funcionar com a grandeza que nós entendemos que Brasil tem que dar a esse setor. Para nós, o setor elétrico é tão importante que não dá para ficarmos adivinhando o que vai acontecer nos próximos anos. Nós temos que planejar, estabelecer os marcos regulatórios, estabelecer os contratos e estabelecer uma política de duas vias, em que o governo estabeleça um alto grau de confiança nos investidores do setor e os investidores do setor tenham a confiança de que o governo não muda as regras no meio do jogo.

Dito isso, eu passo a palavra ao nosso querido companheiro Palocci.

/mcpro/lrj